

«CORTE»

lo 2571  
da Codex  
44801

PORTUGAL HOJE Lisboa	30. ABR. 1981
NOTÍCIAS DE EVORA Evora	
JORNAL DA BARRADA Oliveira do Bairro	
JORNAL de CARREIRAS	

Ens. Particular

univ. livre

00432/81

## Teresa Ambrósio (PS) põe «dedo na ferida» do ensino superior

# Universidade Livre — nome (até) simpático para um escândalo do Governo e da AD

«O Governo AD, este Ministério de Educação Nacional não cura de tratar com igualdade todas as Instituições de Ensino Superior Particular» — acusa a deputada socialista Teresa Ambrósio, a propósito da ratificação obtida pelo Governo do decreto do Governo de Sá Carneiro que reconhece a Universidade Livre como instituição de utilidade pública. Teresa Ambrósio recordou que existem outros institutos de ensino superior ou particular muito mais antigos do que a Universidade Livre (caso, por exemplo, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada e dos Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa, Porto e Coimbra), que continuam a aguardar a indispensável e urgente clarificação da sua situação institucional.

O Governo viu, naturalmente, aprovada a ratificação do decreto do Governo de Sá Carneiro relativo à Universidade Livre, com os votos favoráveis da AD e a oposição dos restantes partidos.

É caso para dizer, no entanto, que, se o Governo venceu, não convenceu os deputados dos bancadas da Oposição, que consideraram nomeadamente inconstitucional o facto do Governo de Sá Carneiro ter elaborado o referido decreto.

Jorge Lemos, do PCP, disse que a Universidade Livre «é a universidade dos meninos ricos que não entram nos estabelecimentos de ensino superior do Estado devido ao *numerus clausus*». Por sua vez, Helena Cidade Moura, do MDP/CDE, considerou aquela escola superior como «boutique do ensino». Opinião diferente foi manifestada por Amélia de Azevedo, do PSD, que a classificou de «alternativa forte para educandos e educadores».

### Teresa Ambrósio: uma situação estranha e escandalosa

A deputada socialista Teresa Ambrósio considera *estranho e escandaloso* que aquele decreto reconheça só a Universidade Livre como estabelecimento do Ensino Superior particular sem se conhecerem as regras genéricas que o Governo deseja fazer para o reconhecimento de qualquer

estabelecimento de Ensino Superior Particular.

«Isto — disse a «PH» Teresa Ambrósio — quando existe já um projecto de estatuto para o Ensino Superior Particular preparado por uma equipa competente e sobre o qual já há, inclusivamente, parecer de algumas entidades interessadas o que nos leva a pensar estar para breve a sua publicação.

«Tudo nos leva, porém, a concluir que se essa publicação fosse efectuada a o po de manobras ministeriais que, por eivadas de favoritismo, têm, tiveram ou terão certos lucros partidários ou eleitorais.»

### O caso dos demais estabelecimentos de ensino superior

Na sua intervenção na AR, Teresa Ambrósio disse que «não era só a Universidade Livre que se encontrava, à data — e se encontra ainda — em situação de indefinição aguardando regulamentação geral».

É também o caso de «diversos estabelecimentos de ensino superior ou particular, muito mais antigos que a própria Universidade Livre, para os quais se torna urgente e indispensável para a sua sobrevivência, uma clarificação da sua situação institucional, quer ao nível das suas relações com o Estado quer ao nível da sua inserção no Sistema Nacional de Educação, a que a Lei n.º 9/79 faz menção».



Tratamento de privilégio para a Universidade Livre, em prejuízo das restantes instituições de ensino superior — segundo a deputada socialista Teresa Ambrósio

Estão neste caso, nomeadamente, o «Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) e os Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa, Porto e Coimbra. Os alunos e diplomados destes estabelecimentos, em número muito mais elevado que os actuais alunos da Universidade Livre, carecem de reconhecimento, definição de grau académico e definição de situação escolar. E são facilmente compreensíveis as inúmeras dificuldades pessoais que este estado de coisas acarreta. Só que as vozes destes alunos e destes diplomados, cuja profissão é de valor inestimável, não têm por detrás de si a voz potente que têm poder e força de privilégios, para forçarem o Ministério da Educação a decidir a sua situação como têm os alunos e os

professores na actual situação da Universidade Livre».

Teresa Ambrósio sublinhou ainda que esta posição «não tem nada a ver com a avaliação do interesse e da utilidade social da Universidade Livre», embora tal como está «duvidemos, claro, do seu interesse e utilidade». De qualquer modo, acrescentou, não é uma discussão «que pretendamos fazer agora». Votamos contra a ratificação do decreto do Governo de Sá Carneiro porque, precisou, «este foi feito à margem da lei existente».

«Que se cumpra a lei plenamente e que não se viva à sombra dela para se fazer o que a belo prazer a AD pretende, é isso que exigimos» — disse a terminar Teresa Ambrósio.